



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

EDITAL Nº. 174/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 077/2021. COM ALTERAÇÕES. Objeto: Registro de Preços de Fornecimento de Tubos de Concreto e Tampas de Concreto para atender as necessidades do Município de Canoas/RS. Propostas: até às 09 horas do dia 12/11/2021. Abertura: 09 horas e 01 minutos do dia 12/11/2021. Disputa: 09 horas e 05 minutos do dia 12/11/2021. Edital: site: www.pregaobanrisul.com.br; www.pregaoonlinebanrisul.com.br ou www.canoas.rs.gov.br.

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



EDITAL Nº. 174/2021

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 077/2021

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio de sua Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), Diretoria de Licitações e Compras (DLC) torna pública a licitação acima identificada, que tem como objeto o Registro de Preços de Fornecimento de Tubos de Concreto e Tampas de Concreto para atender as necessidades do Município de Canoas/RS, em conformidade com as especificações técnicas, Anexo I – Termo de Referência e que se processará na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO, nos termos deste Edital e de seus Anexos, e em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520/02, Decreto Municipal nº. 829/2009 e Decreto Federal nº. 10.024/2019 (art. 23 e 24), subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93, LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006.

1.2. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, pela utilização do aplicativo "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., sendo os trabalhos conduzidos pela pregoeira, com o suporte de sua equipe de apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, formam o conjunto de operadores do sistema do pregão eletrônico.

1.3. DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E REALIZAÇÃO: edital disponível nos sites: www.canoas.rs.gov.br. Link: licitações e www.pregaoonlinebanrisul.com.br, opção: Acesso Identificado.

1.4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até às 09 horas do dia 12/11/2021.

1.5. ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: às 09 horas e 01 minutos do dia 12/11/2021.

1.6. INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas e 05 minutos do dia 12/11/2021.

1.7. TEMPO DE DISPUTA: a critério da pregoeira (por item), acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema.

1.8. REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília - DF.

1.8.1. A(s) licitante(s) deverá(ão) observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e o horário para início da disputa.

1.9. Impugnações ao edital, caso interpostas, deverão ser dirigidas à pregoeira até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br.

1.9.1. Não serão aceitos se remetidos via correio.

1.10. Pedidos de esclarecimento devem ser dirigidos à pregoeira até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br.

1.10.1. Não serão aceitos se remetidos via correio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

1.11. Expediente externo: SMPG/DLC de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 18 horas - eventuais alterações de horário do expediente externo serão publicadas no Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC) disponível no site: www.canoas.rs.gov.br – link: publicações, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.

1.12. Todo e qualquer pedido referente a este certame, realizado após a assinatura da ata de registros de preços e/ou contrato advindo desta ata, deverá ser protocolado junto à Central de Atendimento ao Cidadão – CAC.

1.12.1. Durante o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo coronavírus, o CAC estará realizando atendimentos através do e-mail: atendimento.cidadao@canoas.rs.gov.br.

1.13. Integram o presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e de cumprimento ao disposto no art. 27, inc. V da Lei 8.666/1993;

Anexo III – Modelo de declaração de que não está incurso nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V – Formulário de dados da empresa.

Anexo VI – Declaração de que não possui em seu quadro societário, servidores (efetivos ou comissionados) do município de canoas, ou em suas autarquias e fundações, na condição de sócios ou administradores, de acordo com o modelo.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos e que estejam cadastrados/credenciados junto à central de licitações do estado do Rio Grande do Sul – CELIC, pelo site www.pregaobanrisul.com.br ou www.cecom.rs.gov.br.

2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a administração, bem como declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública, nas suas esferas federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, incs. III e IV da Lei 8.666/1993.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, ainda, os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei nº 8.666/1993, bem como empresas que possuam em seu quadro societário, servidores (efetivos ou comissionados) do município de Canoas, ou em suas Autarquias e Fundações, na condição de sócios ou administradores.

2.4. Não será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

2.5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

2.5.1. A ME e/ou EPP que pretenda sua inclusão no regime diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/2006 deverá, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

2.5.2. Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado às MEs e EPPs o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação.

2.5.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei



8.666/1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação ou revogar a licitação.

2.5.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 5% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

2.5.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.5.5.1. A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.5.6. A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

2.5.7. Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma do subitem 2.5.5., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.5.3., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

2.5.7.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 2.5.4., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

2.5.8. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

2.5.9. A ME ou EPP que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, os documentos de habilitação, declaração formal, conforme anexo III, de que não está incurso em nenhum dos impedimentos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da lei, ou de carta de credenciamento.

a) a cota de 25% reservada para ME's e EPP's somente será adjudicada se o valor ofertado não for superior a 10% do valor obtido na cota principal; em conformidade com o disposto no § 3º do art. 48 da lei complementar nº 123/2016.

b) se o valor ofertado pela licitante for superior ao limite estabelecido, a quantidade reservada será adquirida da cota principal.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal junto ao provedor do sistema pelo site www.pregaobanrisul.com.br, necessitando estar credenciadas junto à sessão de cadastro da Central de Licitações/RS – CELIC, podendo também ser acessada pelo site www.cecom.rs.gov.br.

3.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3. A chave de identificação e a senha recebida junto à CELIC poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BAN-RISUL S/A (provedor do sistema) ou ao Município de Canoas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PROPOSTA FINANCEIRA



4.1. A proposta financeira deverá ser elaborada e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema, o qual deverá conter as seguintes informações:

4.1.1. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as suas características técnicas e outros elementos que identifiquem suas configurações (conforme Anexo I) ou declaração de que atende ao edital na íntegra como complementação da descrição do objeto.

4.1.2. A escolha do material a ser utilizado para a comprovação das especificações técnicas do objeto proposto, quando solicitado, fica a critério da licitante, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar a documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do objeto proposto ou não atenda a todas as exigências constantes no edital.

4.1.3. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.1.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.1.5. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.2. Observações relativas à proposta financeira:

4.2.1. O preço proposto será cotado em reais e será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, consumíveis e equipamentos, a administração, o lucro, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora da licitação, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificado, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.

4.2.2. A omissão na proposta financeira em relação a exigências do edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.

4.2.3. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital e em seus anexos.

4.2.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) até, no máximo, dois algarismos após a vírgula.

4.2.4.1. Algarismos excedentes ao permitido pelo item supra, serão simplesmente desconsiderados, sem quaisquer arredondamentos.

4.2.5. Quando ao preço proposto, os reajustes obedecerão ao Decreto Municipal 354/2015 e 12/2013, Lei 10.192/2001 e 10.520/2012.

4.2.6. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta financeira, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo sessenta dias.

4.2.7. Encerrada a fase de lances, a licitante vencedora deverá apresentar proposta financeira com os valores finais dos itens. A proposta financeira final deverá ser apresentada com os documentos de habilitação.

5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA

5.1. O julgamento obedecerá ao critério de menor preço por item, observando-se o disposto no art. 4º, inc. X da Lei 10.520/2002.



5.2. A análise da proposta financeira pela pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo preliminarmente desclassificada a proposta financeira:

5.2.1. Cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no edital.

5.2.2. Que apresente preços manifestamente inexequíveis.

5.2.3. Que não contiver informações suficientes que permita a perfeita identificação do objeto licitado.

5.3. Encerrada a etapa de lances, será efetuada outra análise das propostas financeiras apresentadas, sendo desclassificadas as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos preços praticados no mercado, bem como aos preços unitários e totais estabelecidos no Anexo I.

5.4. O vencedor do certame deverá apresentar a planilha com cada item em relação ao valor final da proposta, juntamente com a proposta financeira final.

5.4.1 O vencedor do certame deverá apresentar Laudo(s) Técnico(s) dos tubos de concreto ofertados (itens 01 a 11), elaborados por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, que comprovem atendimento aos requisitos mínimos de qualidade exigidos pela Norma Técnica Brasileira de Tubos de Concreto ABNT NBR 8890/2020 através dos ensaios referentes aos ensaios de análise dimensional, compressão diametral, absorção de água e permeabilidade conforme os anexos A, B, D e E, respectivamente, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

5.4.2. O vencedor do certame deverá apresentar Laudo(s) Técnico(s), relativo(s) à(s) tampas de concreto ofertada(s) (itens 12 a 17), elaborado por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, observado o método de ensaio por flexão simples com carga aplicada no eixo central da tampa, apoiada em suas extremidades sobre 02 cutelos de madeira de seção 120X120 mm, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dia e cuja resistência do produto seja maior do que 1.000kgf para os itens 12 e 13, e maior que 5.000kgf para os itens 14 a 17.

5.4.3. O vencedor do certame deverá apresentar Laudo(s) Técnico(s), relativo(s) à(s) tampas de concreto ofertada(s) (itens 12 a 17), elaborado por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, observada a norma técnica ABNT NBR 7680-1/2015 que comprove(m) a resistência mínima a compressão dos corpos de prova de 30 Mpa, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

5.4.4. O vencedor do certame deverá apresentar Laudo(s) Técnico(s), relativo(s) à(s) tampas de concreto ofertadas (itens) 18 e 19) elaborado por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, observada a norma técnica ABNT NBR 5739/2018 que comprove(m) a resistência mínima a compressão dos corpos de prova de 30 Mpa, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

5.4.5. O vencedor do certame deverá apresentar Licença de Operação (LO) expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, ou, quando aplicável, por órgão de Meio Ambiente Municipal, referente à sede onde serão fabricados os produtos da marca ofertada. Caso a licitante apresente Licença de Operação de terceiros, deverá apresentá-la juntamente com declaração da fabricante informando a disponibilidade de suas instalações para o licitante, e que este está autorizado e qualificado a fornecer o objeto licitado.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1. Registro comercial no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e,



no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício.

6.1.2 Declaração formal, conforme anexo, de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e de cumprimento ao disposto no art. 27, inc. V da Lei 8.666/1993.

6.1.3. Declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo do Anexo III), assinada por representante legal e por contador ou técnico em contabilidade.

6.1.3.1. A declaração citada (modelo do Anexo III) deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e a sua assinatura, com firma reconhecida em cartório.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.1.4. Prova de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ)

6.1.4.1. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante e de débito trabalhista, na forma da lei. A prova de regularidade fiscal deverá abranger todos os tributos e será efetuada pela apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa relativa aos tributos federais, incluindo a seguridade social, expedida nos termos do Decreto Federal 5.512/2005 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN1.751/2014.

b) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela secretaria e/ou delegacias da Fazenda Estadual.

c) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do município relativo ao domicílio ou sede da licitante.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com a apresentação do Certificado de Regularidade (CRF).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.6. Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.7. Comprovação de capacidade técnica através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter fornecido materiais compatíveis com o objeto da licitação, relativamente ao qual concorre.

6.1.7.1. O(s) atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e Contratante, Identificação do material fornecido.

6.2. Observações relativas aos documentos de habilitação:

6.2.1. Os documentos relativos à fase de habilitação deverão ser originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução, salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que a pregoeira, se entender necessário, poderá diligenciar para averiguar a sua autenticidade, habilitando ou não a licitante em função desta diligência.



6.2.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.

6.2.3. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a noventa dias.

6.2.4. Caso a licitante seja cadastrada junto ao Município de Canoas (RS), poderá apresentar o Cartão de Registro Cadastral (CRC) em substituição dos documentos relacionados nos itens 6.1.1, 6.1.2., 6.1.4; 6.1.5., e 6.1.6, dentro de seu prazo de validade. Os demais documentos solicitados e que não estejam relacionados no CRC, deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação da licitante.

6.2.5. O CRC somente se prestará à substituição dos documentos referidos no item anterior se estiverem dentro de seu prazo de validade. Não será admitida a inclusão de documento para revalidação de CRC vencido.

6.2.6. Será examinada a documentação da(s) licitante(s) que tenha(m) sua(s) proposta(s) financeira(s) classificada(s) em primeiro lugar para fins de registrar os preços. Considerando a possibilidade de eventual reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro que venha a acarretar a alteração da ordem de classificação das propostas financeiras, nos termos do Decreto Municipal 354/2015, serão solicitados os documentos de habilitação das demais licitantes classificadas e na ordem de classificação.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1. Da etapa eletrônica de lances e da classificação das propostas.

7.1.1. Os lances ofertados serão pelo menor preço por item.

7.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.1.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

7.1.4. No caso de desconexão da pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances, retomando, a pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.1.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa as licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.1.6. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública no seu tempo normal, transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, fim do qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

7.1.7. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá à pregoeira verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

7.1.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta financeira de menor preço e os valores praticados no mercado e estimado no Anexo I – Termo de Referência para a contratação.

7.1.9. Nas situações a que se referem os subitens 7.1.7 e 7.1.8, a pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.1.10. Facultativamente, a pregoeira poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

anunciar o vencedor, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido um preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.1.11. A pregoeira anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.1.12. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a licitante às sanções deste edital.

7.1.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a pregoeira examinará a proposta financeira que apresentou menor preço quanto à compatibilidade deste em relação aos preços praticados no mercado e ao estimado no Anexo I – Termo de Referência para contratação, classificando ou desclassificando preliminarmente proposta financeira ofertada.

7.1.14. Em sendo desclassificada a proposta financeira de menor preço, a pregoeira examinará a proposta financeira de segundo menor preço, negociando com o licitante a redução do preço apresentado, objetivando a obtenção de preço melhor.

7.1.15. Caso necessário, o procedimento do item 7.1.14., ocorrerá sucessivamente até que se obtenha proposta classificada em primeiro lugar.

7.1.16. Considerando à Lei Complementar 123/2006, este edital contempla cota reservada exclusiva para MEs e EPPs de 25% e cota principal de 75% com ampla participação de interessados.

7.1.16.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada

ao vencedor da cota principal referente ao mesmo objeto.

7.1.16.2. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, considerando o mesmo objeto, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

7.2. A licitante que apresentar proposta que não seja aceitável e/ou documentos de habilitação que não atendam às exigências editalícias será desclassificada e/ou inabilitada e a pregoeira examinará a proposta subsequente, conforme item 7.1.14. do edital, até encontrar proposta que o atenda e cuja licitante atenda às exigências habilitatórias. Também nessa fase a pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.2.1. Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, a licitante será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela pregoeira.

7.3. A licitante que teve a proposta financeira classificada em primeiro lugar deverá apresentar à pregoeira, via e-mail (pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br), até o final do expediente do dia útil seguinte ao encerramento da disputa, a proposta financeira com a relação de todos os itens, com seus respectivos preços unitários e os documentos de habilitação exigidos no item 6.1., devendo encaminhar OBRIGATORIAMENTE, os originais no prazo máximo de três dias úteis a contar do encerramento da disputa.

7.3.1. A licitante sendo cadastrada no DLC e tendo apresentado o CRC na licitação, dentro do prazo de validade, deverá apresentar apenas os documentos não abrangidos pelo CRC, conforme dispõe o item 6.2.4.

7.3.1.1. Não sendo a licitante cadastrada junto ao DLC ou estando o licitante com o CRC vencido, deverá apresentar todos os documentos exigidos no edital.

7.3.2. A PROPOSTA FINANCEIRA E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS NA FORMA ORIGINAL OU POR CÓPIA AUTENTICADA, NO PRAZO DE ATÉ TRÊS DIAS ÚTEIS CONTADOS DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA. SERÁ CONSIDERADO APENAS O RECEBIMENTO, PELA PREGOEIRA DOS DOCUMENTOS E ANEXOS EXIGIDOS E NÃO SUA POSTAGEM.



7.3.2.1. A proposta financeira e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o endereço rua Frei Orlando, 199, 4º andar – Centro/Canoas/RS.

7.4. DOS RECURSOS

7.4.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante que desejar recorrer poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (sala de disputa/mensagens desbloqueadas), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de vinte minutos. Caso interposto o recurso, deverá ser dirigido ao(à) pregoeiro(a) indicando a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão– Diretoria de Licitações e Compras, bem como o número do edital e da licitação (concorrência pública ou pregão na forma presencial ou eletrônica), para o endereço rua Frei Orlando nº 199, 4º andar, Canoas/RS, CEP 92.010-280 ou junto à Central do Cidadão, rua Ipiranga, 120, térreo, Centro, Canoas (RS), (horário de atendimento das 09:00 às 18:00), no prazo de três dias a contar da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. Será considerado apenas o recebimento, pela pregoeira, dos documentos, e não sua postagem.

7.4.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto, pela pregoeira, ao vencedor do certame.

7.4.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.

7.4.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

7.4.5. Às razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 7.4.1, nos autos do processo no DLC, bem como no sistema eletrônico.

7.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.4.7. Havendo recursos, a pregoeira os apreciará e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

7.4.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

7.5. DA HOMOLOGAÇÃO

7.5.1. Após a adjudicação do objeto à licitante vencedora, a autoridade competente homologará a licitação.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A Comissão de Registro de Preços do DLC/SMPG convocará regularmente a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de dois dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item 8.3.

8.2. É facultado à administração, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo da sanção prevista no item 8.3.

8.3. Quem convocado não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração e será descredenciado no



DLC pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo às penalidades previstas na ata de registro de preços.

8.4. As cláusulas relativas ao registro de preços, reajuste e atualização dos preços, bem como prazos, condições gerais, obrigações, fiscalização, pagamentos, penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, estão previstas no edital e deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s), bem como pelas licitantes que tiverem suas propostas financeiras classificadas e seus preços registrados e que venham a ter o menor preço em virtude de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro.

8.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a ata de registro de preços ou solicitar reajuste do preço e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do objeto cujo resultado deferido elevar seu preço a preço maior do que o segundo menor preço registrado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, conforme disposição do Decreto Municipal 354/2015. Neste caso persistirão as obrigações referidas neste edital e na ata de registro de preços para o novo fornecedor detentor do menor preço.

8.6. Observados os critérios e condições estabelecidos neste edital, a administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

8.7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao detentor da ata de registro de preços, em igualdade de condições de acordo com o Decreto Municipal 354/2015.

9. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços oriunda desta licitação poderá ser aderida mediante o cumprimento das seguintes fases a serem ultrapassadas: recebimento da manifestação de interesse em aderir a uma ata de registro de preços gerenciada pelo município, resposta ao órgão interessado, indicando os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados; interesse do fornecedor em atender ao pedido observadas as condições estabelecidas na ata, optando pela aceitação ou não do fornecimento e desde que esta adesão não comprometa o fornecimento do material/serviço ao Município de Canoas.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os equipamentos efetivamente entregues serão pagos em até trinta dias a contar da data da entrega da nota fiscal/fatura junto à Unidade de Liquidação da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Canoas/RS, sito Avenida Getúlio Vargas, nº 5.001, Centro, Canoas/RS., que deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de:

10.1.1. Nota fiscal/fatura.

10.1.2. Termo de fiscalização aprovado e emitido pela secretaria municipal responsável.

10.1.3. Cópias das guias de recolhimento do FGTS E INSS, já exigíveis, acompanhadas da folha de pagamento dos empregados ligados diretamente à execução dos serviços, bem como, cópia das folhas ponto dos empregados e relatório de serviços prestados.

10.2. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, ou realizar o correspondente desconto/compensação, nos seguintes casos:

a) Execução defeituosa dos serviços.

b) Existência de débitos para com a CONTRATANTE.



c) Existência de débitos com terceiros, relacionados com os serviços contratados e que possam por em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais à CONTRATANTE.

10.3. As notas fiscais/faturas entregues não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a contratada suportará os ônus decorrentes do atraso.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A participação na licitação sujeita as penalidades que seguem:

11.1.1. Quanto ao procedimento da licitação.

11.1.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de um ano e multa compensatória equivalente a 30% sobre o valor da multa apurada por inexecução total, considerando a tabela de referência. 11.1.1.2. A inabilitação decorrente da interpretação subjetiva da área técnica quanto à comprovação da capacidade técnica ou econômica não será fato gerador para a aplicação da penalidade prevista no subitem anterior.

11.1.1.3. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de seis meses.

11.1.1.4. Deixar de manter a proposta: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa compensatória, calculada sobre o valor da proposta, atualizada até o momento da notificação para apresentação da defesa.

11.1.1.5. Pelo inadimplimento das obrigações, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades que seguem:

11.1.1.6. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica.

11.1.1.7. Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais	Percentual
Até R\$ 500.000,00	0,30%
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00	0,20%
De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00	0,08%
De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00	0,04%
Acima R\$ 20.000.000,00	0,02%

11.1.1.7.1. Os percentuais serão aplicados por dia de atraso no cumprimento de qualquer das obrigações, calculada sobre o valor total do contrato, atualizado monetariamente, desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, depois do qual será considerada inexecução contratual.

11.1.1.8. Multa compensatória tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais	Percentual
Até R\$ 500.000,00	10,00%
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00	8,00%
De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00	6,00%
De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00	4,00%
Acima R\$ 20.000.000,00	2,00%



11.1.1.8.1. A aplicação da multa compensatória obedecerá ao seguinte critério:

a) no caso de inexecução parcial do contrato e rescisão unilateral, a multa compensatória será aplicável sobre o montante inadimplido, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;

b) no caso de inexecução total do contrato, a multa compensatória será aplicável sobre o valor nominal do ajuste, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa.

11.1.1.9. O descumprimento integral da obrigação, além da aplicação das multas moratória e compensatória será aplicada, cumulativamente, a pena de:

a) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de cinco anos, no caso de inexecução parcial/total do contrato;

11.1.1.10. Quando a contratada causar prejuízo material resultante diretamente de execução da obrigação e negar-se a indenizar o erário administrativamente, será aplicada a declaração inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.1.1.11. A recusa em aceitar a nota de empenho, ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sujeita à infratora a mesma penalidade aplicável pelo inadimplemento total da obrigação, por aplicação simétrica ao que dispõe o art. 81, da Lei 8.666/93.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Servirão de cobertura para as despesas do presente edital as dotações orçamentárias constantes dos pedidos e autorizações para a aquisição do respectivo objeto conforme minuta da ata de registro de preços anexa.

12.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.3. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados no DLC/SMPG, localizado a rua Frei Orlando, 199, 4º andar, Centro, fone (051) 3236 3099, ramal 4875, no horário constante do item 1.11.

12.4. As dúvidas e controvérsias oriundas da licitação serão dirimidas no Foro de Canoas (RS), quando não resolvidas administrativamente.

Prefeitura Municipal de Canoas, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Fábio Ramos Cannas

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Para garantir a manutenção da rede pluvial, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Canoas pelo período de 12 meses.

2. OBJETO

Seleção de propostas visando o Registro de Preços de Fornecimento de Tubos de Concreto e Tampas de Concreto para atender as necessidades do Município de Canoas, durante o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

3. LOCAIS DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS

O(s) material(ais) deverá(ão) ser entregue de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante, de acordo com a demanda dentro do perímetro urbana de Canoas/RS.

4. PRAZO DE ENTREGA

4.1 A entrega será feita na Rua Santos Ferreira nº 4830 – Bairro Estância Velha - Canoas/RS.

4.2 O prazo de entrega deve ser de no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Ordem de Entrega de Materiais ou do recebimento da Nota de Empenho por parte do FORNECEDOR.

4.3 A entrega dar-se-á de forma fracionada conforme a necessidade do Município de Canoas.

5. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA

Por se tratar de Registro de Preços, o valor proposto será cotado pela unidade.

5.1 Os preços apresentados serão os máximos aceitáveis para cada item do certame. Propostas financeiras contendo valores superiores aos máximos aceitáveis serão desclassificadas.

5.1.1. Poderá ser proposta mais de uma marca, desde que mantenha-se um só preço. A Administração à época da aquisição optará dentre as marcas ofertadas.

5.2. DAS AMOSTRAS

5.2.1 Para tubos de concreto a Administração exigirá ensaios de compressão diametral e absorção providenciados pelo licitante vencedor, em amostragem (dois tubos de cada tipo para cada lote de 100 (cem) tubos fornecidos de acordo com a regra estabelecida no item 6.5 da NBR 8890:2020.

5.2.2 Para as tampas de concreto, a Administração exigirá ensaios para determinar a carga de fissura e ruptura por flexão com índice de 1.000kg, providenciadas pelo licitante vencedor, em amostragem de 01 (uma) tampa de cada lote de 100 (cem) tampas fornecidas de acordo com a regra estabelecida no Termo de Referência.

5.2.3 Os resultados dos ensaios deverão ser apresentados em até 30 (trinta) dias consecutivos após a entrega de cada lote.

5.2.4 A Administração poderá designar servidor público para acompanhar os testes realizados nas amostras dos tubos e tampas de concreto junto aos laboratórios que dispunham de equipamentos certificados na Rede Brasileira de Calibração – RBC.



5.2.5 O descarregamento e o transporte dos tubos e tampas de concreto (amostras), bem como o custo da execução dos testes para obtenção de laudos técnicos ou relatórios de ensaios, serão custeados por conta da empresa contratada.

5.2.6 As amostras serão identificadas, marcadas com tinta ou outro sinal a ser escolhido pela SMO através do encarregado de receber o(s) material(ais).

5.2.7 No caso de reprovação das amostras nos testes de que trata este Termo de Referência, qualquer deles, do lote reprovado serão retiradas amostras (quatro tubos por lote de 100 tubos) para contraprova de acordo com a norma de aceitação e rejeição dos tubos estabelecida no item 7.1.2 da NBR 8890:2020, correndo por conta da contratada todas as despesas.

5.2.8 Caso o segundo grupo de amostra, escolhido para contraprova, apresente laudos técnicos ou relatórios de ensaio que constarem o não atendimento da norma NBR 8890:2020, a empresa será notificada e, no prazo máximo de 20(vinte) dias consecutivos, deverá fazer a substituição de todo o lote. O material será novamente submetido a ensaios determinados na NBR 8890/2020.

5.2.9 A empresa pode sofrer penalização em caso de alguns dos lotes de tubos não passar na prova e contraprova e na posterior substituição do lote.

5.2.10 Se o atraso da entrega definitiva do(s) material(ais) for decorrência da reprovação das amostras, na primeira entrega dos lotes ou na sua substituição (prova ou contraprova realizadas), incidirá o percentual de ½% (meio por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Empenho, desde o sexto dia após a expiração do prazo de entrega até o dia da entrega do laudo ou relatório de ensaio com o resultado que comprove descumprimento da NBR 8890/2020.

5.2.11 Os laboratórios executantes dos ensaios serão laboratórios técnicos de empresas de tecnologia de materiais, com equipamentos certificados pela Rede Brasileira de Calibração – RBC. As despesas dos ensaios correrão por conta da empresa contratada.

5.2.12 Será feita análise visual do material recebido e será rejeitado no descarregamento todo tubo, tampa, meio fio ou chassi de boca de lobo que apresentar falhas aparentes de execução e transporte.

5.2.13 Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal nº 489/99, Lei 8666/93 e no código do consumidor (Lei 8078/90).

6. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

Para obter a avaliação do custo pela Administração, a DLC/SMPG utilizou-se dos valores encaminhados pelo requisitante, conforme comprovam os documentos que se encontram anexos ao processo. Os valores de mercado definiram a estimativa da contratação, onde o órgão requisitante definiu expressamente o valor máximo aceitável no presente procedimento. Sendo assim, esta foi alternativa utilizada pela Administração para aferir os valores envolvidos.

6.1 A descrição técnica e valor de referência (valores máximos aceitáveis unitários) são os constantes do quadro demonstrativo do orçamento estimado.

7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO



A modalidade será definida pela Diretoria de licitações e compras da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

8. TIPO DE LICITAÇÃO

Menor preço Global.

9. CAPACIDADE TÉCNICA

9.1 Comprovação de capacidade técnica através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter fornecido materiais compatíveis com o objeto da licitação em características, quantidades e prazos.

9.2 O(s) atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e Contratante, Identificação e quantidade do material fornecido, prazo e período de fornecimento.

9.3 Apresentação dos Laudo(s) Técnico(s) dos tubos de concreto ofertados (itens 01 a 11), elaborados por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, que comprovem atendimento aos requisitos mínimos de qualidade exigidos pela Norma Técnica Brasileira de Tubos de Concreto ABNT NBR 8890/2020 através dos ensaios referentes aos ensaios de análise dimensional, compressão diametral, absorção de água e permeabilidade conforme os anexos A, B, D e E, respectivamente, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

9.4 Apresentação de Laudo(s) Técnico(s), relativo(s) à(s) tampas de concreto ofertada(s) (itens 12 a 17), elaborado por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, observado o método de ensaio por flexão simples com carga aplicada no eixo central da tampa, apoiada em suas extremidades sobre 02 cutelos de madeira de seção 120X120 mm, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dia e cuja resistência do produto seja maior do que 1.000kgf para os ítems 12 e 13, e maior que 5.000kgf para os ítems 14 a 17.

9.5 Apresentação de Laudo(s) Técnico(s), relativo(s) à(s) tampas de concreto ofertada(s) (itens 12 a 17), elaborado por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, observada a norma técnica ABNT NBR 7680-1/2015 que comprove(m) a resistência mínima a compressão dos corpos de prova de 30 Mpa, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

9.6 Apresentação de Laudo(s) Técnico(s), relativo(s) à(s) tampas de concreto ofertadas (itens 18 e 19) elaborado por laboratório certificado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e/ou INMETRO, observada a norma técnica ABNT NBR 5739/2018 que comprove(m) a resistência mínima a compressão dos corpos de prova de 30 Mpa, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

9.7 Comprovação de atendimento as normas ambientais, através de Licença de Operação (LO) expedida pela fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, ou, quando aplicável, por órgão de Meio Ambiente Municipal, referente à sede onde serão fabricados os produtos da marca ofertada. Caso a licitante apresente Licença de Operação de terceiros, deverá apresentá-la juntamente com declaração da fabricante informando a disponibilidade de suas instalações para o licitante, e que este está autorizado e qualificado a fornecer o objeto licitado.

10. DA DESCRIÇÃO TÉCNICA E VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

Os itens, quantitativos, especificações técnicas e os valores máximos aceitáveis são os constantes do quadro abaixo:

ITEM	QUANT	ESPE- CIFI- CA- ÇÃO	MÁXIMO VALOR ACEI- TÁVEL	
			Unitário	To- tal
01	5.000	Tubos de concreto com diâmetro de 0,30 – PB – PS2	R\$ 44,02	R\$ 220.100,00
02	5.000	Tubos de concreto com diâmetro de 0,40 – PB – PS2	R\$ 63,79	R\$ 318.950,00
03	3.000	Tubos de concreto com diâmetro de 0,40 – MF – PA2	R\$ 110,27	R\$ 330.810,00
04	4.000	Tubos de concreto com diâmetro de 0,50 – PB – PS2	R\$ 95,36	R\$ 381.440,00
05	2.000	Tubos de concreto com diâmetro de 0,50 – PB – PA2	R\$ 156,75	R\$ 313.500,00
06	2.500	Tubos de concreto com diâmetro de 0,60 – PB – PS2	R\$ 126,49	R\$ 316.233,33
07	2.500	Tubos de concreto com diâmetro de 0,60 – PB – PA2	R\$ 211,70	R\$ 529.250,00
08	1.200	Tubos de concreto com diâmetro de 0,80 – PB – PA2	R\$ 417,07	R\$ 500.484,00
09	500	Tubos de concreto com diâmetro de 1,00 – PB – PA2	R\$ 608,92	R\$ 304.460,00
10	500	Tubos de concreto com diâmetro de 1,20 – MF – PA2	R\$ 803,43	R\$ 401.716,67
11	500	Tubos de concreto com diâmetro de 1,50 – MF – PA2	R\$ 1.147,07	R\$ 573.535,00
12	3.000	Tampa de concreto armado de dimensões 1,00x1,00x0,10 para suportar uma carga de 1.000Kgf (fck mínimo de 20Mp, centrada com amostragem de 2% da quantidade, com gancho para remoção.	R\$ 368,75	R\$ 1.106.250,00
13	5.000	Tampa de concreto armado de dimensões 1,00x0,60x0,07 para suportar uma carga de 1.000Kgf (fck mínimo de 20Mp, centrada com amostragem de 2% da quantidade, com gancho para remoção.	R\$ 198,58	R\$ 992.900,00
14	1.000	Tampa de concreto armado de dimensões 1,20x1,20x0,20 considerando carga de 5.000Kgf, resistência do concreto aos 28 dias mínimo 30mpa. Armadura dupla,	R\$ 1.053,50	R\$ 1.053.500,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

		aço CA-50 diâmetro 8 cm 10cm de espaçamento recobrimento mínimo 3,5cm.		
15	100	Tampa de concreto armado de dimensões 1,30x1,30x0,20 considerando carga de 5.000Kgf, resistência do concreto aos 28 dias mínimo 30mpa. Armadura dupla, aço CA-50 diâmetro 10 cm 10cm de espaçamento recobrimento mínimo 3,5cm.	R\$ 1.307,55	R\$ 130.755,00
16	100	Tampa de concreto armado de dimensões 1,40x1,40x0,20 considerando carga de 5.000Kgf, resistência do concreto aos 28 dias mínimo 30mpa. Armadura dupla, aço CA-50 diâmetro 10 cm 10cm de espaçamento recobrimento mínimo 3,5cm.	R\$ 1.530,25	R\$ 153.025,00
17	100	Tampa de concreto armado de dimensões 1,50x1,50x0,20 considerando carga de 5.000Kgf, resistência do concreto aos 28 dias mínimo 30mpa. Armadura dupla, aço CA-50 diâmetro 10 cm 10cm de espaçamento recobrimento mínimo 3,5cm.	R\$ 1.737,25	R\$ 173.725,00
18	4.000	Guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré fabricado, dimensões 100 x 15 x 13 x 30cm (comprimento x base inferior x base superior x altura) para as vias urbanas (uso viário).	R\$ 36,70	R\$ 146.800,00
19	5.000	Espelho para captação de águas pluviais, modelo comum (chassi de boca de lobo) confeccionada em concreto pré fabricado, dimensões 100 x 15 x 12 x 30cm (comprimento x base inferior x base superior x altura).	R\$ 59,30	R\$ 296.500,00

11. DA HABILITAÇÃO

Estão em conformidade com o art. 4º, XIII, da Lei nº 10.520, art. 13 do Decreto Municipal nº 829/2015 e 354/2015 e da lei 8.666/93 (por aplicação subsidiária).

12. SANÇÕES APLICÁVEIS

Previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços a ser assinada pelo detentor da proposta mais vantajosa.

Flávio Marcos Ibias Costa
Assessor Técnico - mat. 101015

COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) AMPLA PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

ITEM	QUANT	ES-PEC	MÁXIMO VALOR ACEITÁVEL	
			Unitário	Total



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

		IFI- CAÇ ÃO		
01	3.750	Tubos de concreto com diâmetro de 0,30 – PB – PS2	R\$ 44,02	R\$ 165.075,00
02	3.750	Tubos de concreto com diâmetro de 0,40 – PB – PS2	R\$ 63,79	R\$ 239.212,50
03	2.250	Tubos de concreto com diâmetro de 0,40 – MF – PA2	R\$ 110,27	R\$ 248.107,50
04	3.000	Tubos de concreto com diâmetro de 0,50 – PB – PS2	R\$ 95,36	R\$ 286.080,00
05	1.500	Tubos de concreto com diâmetro de 0,50 – PB – PA2	R\$ 156,75	R\$ 235.125,00
06	1.500	Tubos de concreto com diâmetro de 0,60 – PB – PS2	R\$ 126,49	R\$ 189.735,00
07	1.875	Tubos de concreto com diâmetro de 0,60 – PB – PA2	R\$ 211,70	R\$ 396.938,00
08	900	Tubos de concreto com diâmetro de 0,80 – PB – PA2	R\$ 417,07	R\$ 375.363,00
09	375	Tubos de concreto com diâmetro de 1,00 – PB – PA2	R\$ 608,92	R\$ 228.345,00
10	375	Tubos de concreto com diâmetro de 1,20 – MF – PA2	R\$ 803,43	R\$ 301.286,00
11	375	Tubos de concreto com diâmetro de 1,50 – MF – PA2	R\$ 1.147,07	R\$ 430.151,00
12	2.250	Tampa de concreto armado de dimensões 1,00x1,00x0,10	R\$ 368,75	R\$ 829.688,00
13	3.750	Tampa de concreto armado de dimensões 1,00x0,60x0,07	R\$ 198,58	R\$ 744.675,00
14	750	Tampa de concreto armado de dimensões 1,20x1,20x0,20	R\$ 1.053,50	R\$ 790.125,00
15	75	Tampa de concreto armado de dimensões 1,30x1,30x0,20	R\$ 1.307,55	R\$ 98.066,00
16	75	Tampa de concreto armado de dimensões 1,40x1,40x0,20	R\$ 1.530,25	R\$ 114.769,00
17	75	Tampa de concreto armado de dimensões 1,50x1,50x0,20	R\$ 1.737,25	R\$ 130.294,00
18	3.000	Guia (meio-fio) em trecho reto de dimensões 1,00x0,15x0,13x0,30	R\$ 36,70	R\$ 110.100,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

19	3.750	Espelho para captação de águas pluviais de dimensões 1,00x0,15x0,12x0,30	R\$ 59,30	R\$ 222.375,00
----	-------	--	-----------	----------------

**COTA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME),
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

ITEM	QUANT	ES- PECI FI- CAÇ ÃO	MÁXIMO VALOR ACEITÁVEL	
			Unitário	Total
20.	1.250	Tubos de concreto com diâmetro de 0,30 – PB – PS2	R\$ 44,02	R\$ 55.025,00
21.	1.250	Tubos de concreto com diâmetro de 0,40 – PB – PS2	R\$ 63,79	R\$ 79.737,50
22.	750	Tubos de concreto com diâmetro de 0,40 – MF – PA2	R\$ 110,27	R\$ 82.702,50
23.	1000	Tubos de concreto com diâmetro de 0,50 – PB – PS2	R\$ 95,36	R\$ 95.360,00
24.	500	Tubos de concreto com diâmetro de 0,50 – PB – PA2	R\$ 156,75	R\$ 78.375,00
25.	625	Tubos de concreto com diâmetro de 0,60 – PB – PS2	R\$ 126,49	R\$ 79.056,00
26.	625	Tubos de concreto com diâmetro de 0,60 – PB – PA2	R\$ 211,70	R\$ 132.313,00
27.	300	Tubos de concreto com diâmetro de 0,80 – PB – PA2	R\$ 417,07	R\$ 125.121,00
28.	125	Tubos de concreto com diâmetro de 1,00 – PB – PA2	R\$ 608,92	R\$ 76.115,00
29.	125	Tubos de concreto com diâmetro de 1,20 – MF – PA2	R\$ 803,43	R\$ 100.429,00
30.	125	Tubos de concreto com diâmetro de 1,50 – MF – PA2	R\$ 1.147,07	R\$ 143.384,00
31.	750	Tampa de concreto armado de dimensões 1,00x1,00x0,10	R\$ 368,75	R\$ 276.563,00
32.	1.250	Tampa de concreto armado de dimensões 1,00x0,60x0,07	R\$ 198,58	R\$ 248.225,00
33.	250	Tampa de concreto armado de dimensões 1,20x1,20x0,20	R\$ 1.053,50	R\$ 263.375,00
34.	25	Tampa de concreto armado de dimensões 1,30x1,30x0,20	R\$ 1.307,55	R\$ 32.689,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

35.	25	Tampa de concreto armado de dimensões 1,40x1,40x0,20	R\$ 1.530,25	R\$ 38.256,00
36.	25	Tampa de concreto armado de dimensões 1,50x1,50x0,20	R\$ 1.737,25	R\$ 43.431,00
37.	1.000	Guia (meio-fio) em trecho reto de dimensões 1,00x0,15x0,13x0,30	R\$ 36,70	R\$ 36.700,00
38.	1.250	Espelho para captação de águas pluviais de dimensões 1,00x0,15x0,12x0,30	R\$ 59,30	R\$ 74.125,00

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPensa DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

ADMINISTRAÇÃO, DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE CUMPRIMENTO DO ART. 27, INC. V, DA LEI Nº. 8.666/93.

Através do presente, declaramos que a empresa CNPJ nº., cumpre plenamente os requisitos de habilitação da licitação instaurada Município de Canoas, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), Diretoria de Licitações e Compras (DLC). Declaramos também que a empresa não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, bem como não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei n.º8.666/93. Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada será imediatamente comunicada, por escrito, ao SMPG/DLC do Município de Canoas / RS.

..... de de 2021.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

(Razão Social da licitante), por meio de seu responsável legal e contador ou técnico em contabilidade, declara, sob as penas da lei, que:

a). Enquadra-se na situação de:

() Microempresa; ou

() Empresa de pequeno porte;

b) O valor da receita bruta 12 meses da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incs. I e II do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006;

c). Não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º, § 4º, incs. I a XI, da mesma lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa (RECONHECIDA EM CARTÓRIO)



EDITAL Nº.174/2021

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 077/2021.

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, representada pelo Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, .., CNPJ/CPF nº. ..., sito na Rua / Avenida ..., doravante denominado COMPROMITENTE, representado(a) pelo(a) Sr(a). ..., CPF nº., firmam a presente Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Bens do objeto descrito na Cláusula Primeira – DO OBJETO, constante no processo administrativo nº. 40.502/2021, EDITAL Nº. 174/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 077/2021, regendo-se o mesmo pela Lei nº 8666/93, Lei nº 10520/02, pelo Decreto Municipal Nº. 829/09 e pelo Decreto Municipal nº. 354/2015, bem como pela legislação pertinente e pelas cláusulas previstas no Edital e seus Anexos da licitação supra, nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO DE VALIDADE

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Fornecimento de Tubos de Concreto e Tampas de Concreto para atender as necessidades do Município de Canoas/RS, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, item xxxxxxxx, conforme Edital e Anexos.

1.2. O prazo de validade do Registro de Preços: é de 12 meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PREÇO(S)

2.1. O(s) preço(s) registrado(s) é(são) o(s) constante(s) da proposta vencedora da licitação, lançada na listagem de Registro de Preços.

2.2. O(s) preço(s) registrado(s) não será(ão) reajustado(s) durante o prazo de validade do Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Dos Direitos:

3.1.1. Do MUNICÍPIO: contratar, se necessário, o objeto deste Registro; e

3.1.2. Do COMPROMITENTE: ser contratado se o MUNICÍPIO utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015.

3.2. Das Obrigações:

3.2.1. Do MUNICÍPIO: contratar com o COMPROMITENTE, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015.

3.2.2. Do COMPROMITENTE: atender, nas condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, todos os pedidos de contratação recebidos durante o período de validade do Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser cancelado:

4.1.1. Pelo MUNICÍPIO quando:

4.1.1.1. O COMPROMITENTE:

I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços (ARP);

II – Não firmar o Contrato ou negar-se a retirar / aceitar o instrumento contratual (Nota de Empenho ou outro instrumento hábil expedido pela Administração, cfe. Art. 62, caput e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

§2º, da Lei 8666/93) ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer as penalidades previstas no art. 87, inc. III e IV, da Lei nº 8.666/93.

V – Presentes razões de interesse público.

4.1.2. Pelo COMPROMITENTE, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e em seus Anexos, nesta Ata, e na legislação pertinente, bem como de sua obrigação de indenizar o MUNICÍPIO ou terceiros por perdas e danos decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O MUNICÍPIO e o COMPROMITENTE ficam adstritos à fiel observância das cláusulas do Edital e dos Anexos da licitação, em especial quanto a Condições Gerais, Obrigações, Fiscalização, Pagamento, Penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, que deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s) acaso contratada.

5.2. Fica eleito o Foro de Canoas (RS) para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor.

Fábio Ramos Cannas
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Empresa Detentora do Preço Registrado
Canoas (RS), de de 2021.



ANEXO V - FORMULÁRIO DE DADOS DA EMPRESA

CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO (CNPJ):

() MATRIZ
INSCRIÇÃO

() FILIAL

ESTADUAL: -

DATA DE FUNDAÇÃO: ___/___/_____

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

NOME EMPRESARIAL:

NOME FANTASIA:

CNAE-FSECUNDÁRIAS:

SÓCIOS / ADMINISTRADOR (ES):	CPF (S):

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA:

ENDEREÇO:

NÚMERO: _____ COMPLEMENTO: _____ CEP: _____

BAIRRO: _____ MUNICÍPIO _____

CONTATO:

TELEFONE: _____ CELULAR: _____

E-MAIL:

HOME _____ PAGE: _____

DADOS BANCÁRIOS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE

OBS: NESSA FICHA DEVE CONSTAR ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA PESSOA JURÍDICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROCESSO 40.502/2021

ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA NÃO HÁ FUNCIONÁRIOS EFETIVOS OU COMISSIONADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CANOAS.

Declaro, sob as penas da Lei, que a licitante....., inscrita no CNPJ sob o número..... Não possui em seu quadro societário da empresa, servidores efetivos e/ou comissionados vinculados ao município de Canoas ou de suas autarquias e fundações, incluídos na condição de sócios e/ou administradores.

..... DE DE 2021.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado